

PODEMOS FALAR DE GENTRIFICAÇÃO EM FAVELAS? ESTUDO DE CASO ACERCA DA REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BAIRRO DA PAZ

¿PODEMOS HABLAR DE GENTRIFICACIÓN EN FAVELAS? ESTUDIO DE CASO DE REQUALIFICACIÓN URBANA EN BAIRRO DE LA PAZ

CAN WE TALK ABOUT GENTRIFICATION IN FAVELAS? CASE STUDY ON URBAN REQUALIFICATION IN BAIRRO DA PAZ

Maria Gabriela HITA¹
Emilly Mascarenhas COSTA²

RESUMO: O artigo discute o uso do conceito gentrificação em contextos de valorização do solo em territórios de periferia urbana cujas transformações socioespaciais resultam da influência do poder público, iniciativa privada e complexos processos de especulação imobiliária. As mudanças em muitas destas periferias são também impactadas por lutas de movimentos sociais, que, numa Bahia afrodescendente, manifestam características e dimensões socioculturais singulares. Primeiramente se revisa o termo gentrificação para, a seguir, desenvolver como a presença de agentes gentrificadores na transformação local das cidades brasileiras também ocorre em zonas periféricas, impactando de modo peculiar a vida desses lugares. A partir do estudo de caso de teor etnográfico na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, analisamos os principais impactos de um processo de regulação fundiária em bairro popular sobre este tipo de gentrificação, ilustrando o processo de “aburguesamento” que vem ocorrendo na região.

PALAVRAS-CHAVE: Gentrificação. Cidades. Políticas urbanas. Segregação socioespacial. Bairro da Paz.

RESUMEN: *El artículo discute el uso del concepto de gentrificación en contextos de valoración del suelo en territorios de periferia urbana que sufren transformaciones socioespaciales resultantes de la intervención de las autoridades públicas, la iniciativa privada y procesos complejos de especulación inmobiliaria. Transformaciones también impactadas por las luchas de los movimientos sociales, que en una Bahía afrodescendiente manifiestan características y dimensiones socioculturales únicas. Primero, se revisa el término gentrificación para desarrollar aún más cómo la presencia de agentes gentrificantes en la transformación local de las ciudades brasileñas también ocurre en áreas periféricas, impactando de manera peculiar la forma de vida en estos lugares. A partir del análisis de un estudio de caso etnográfico en la ciudad de Salvador-BA, analizamos los principales*

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Professora Titular do Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), e o de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). PQ2-CNPQ no Núcleo de Estudos sobre Corpos, Sensibilidades e Ambientes (ECSAS). Dra. em Ciências Sociais (UNICAMP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5865-7334>. E-mail: mghita63@gmail.com

² Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFBA. Mestre em Ciências Sociais (PPGCS-UFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9539-1061> E-mail: emillymascarenhas@gmail.com



impactos que un proceso de ordenamiento territorial en un barrio popular sobre este tipo de “gentrificación”, ilustrando como ciertos procesos de cierta “burguesización” se inician a su interior.

PALABRAS CLAVE: *Gentrificación. Ciudades. Políticas urbanas. Segregación socioespacial. Barrio de Paz.*

ABSTRACT: *The article discusses the use of the gentrification concept in contexts of land valuation in territories on the urban periphery that undergo socio-spatial transformations resulting from the intervention of public authorities, private initiative and complex processes of real estate speculation. Transformations also impacted by the struggles of social movements, which in an Afro-descendant Bahia manifest unique sociocultural characteristics and dimensions. First, the term gentrification is revised in order to further develop how the presence of gentrifying agents in the local transformation of Brazilian cities also occurs in peripheral areas, impacting in a peculiar manner the way of life in these places. From the analysis of an ethnographic case study in the city of Salvador-BA, we analyze the main impacts that a process of land regulation in a popular neighborhood has on this kind of “gentrification”, illustrating how processes of certain “bourgeoisization” begins to its interior.*

KEYWORDS: *Gentrification. Cities. Urban policies. Socio-spatial segregation. Bairro da Paz.*

Introdução

O conceito de gentrificação tem sido amplamente utilizado por diversas áreas do conhecimento para explicar e compreender transformações socioespaciais em antigos centros urbanos que passam por processos de requalificação mediante ações do poder público e da iniciativa privada. Neste artigo, buscamos analisar os atuais processos de transformação socioespacial ocorridos na cidade de Salvador-BA nos últimos anos, tendo em vista ações de iniciativas público-privadas e seus possíveis impactos em comunidades periféricas. Desta maneira, buscamos refletir: seriam estas ações de requalificação de periferias passíveis de se relacionarem a processos de gentrificação? Ou ainda, podemos falar de gentrificação em periferias urbanas?

Buscaremos responder estas questões através da análise do estudo de caso que vem sendo desenvolvido no Bairro da Paz (BP) desde o ano de 2005, dando ênfase ao período de 2013-2016, anos iniciais da implementação do Programa Casa Legal (PCL). Este programa atendeu demandas de regularização fundiária pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS)



durante os governos de Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto)³. Por intermédio da implementação do PCL, visamos a debater o uso do conceito de gentrificação em processos de valorização espacial e imobiliária de bairros originalmente periféricos, destacando a importância dos efeitos que ações do poder público e/ou privado produzem ao transformarem a cidade e, por conseguinte, a vida urbana e sociocultural desses locais.

Nos últimos anos, o BP e seu entorno têm passado por mudanças significativas mediante ações de requalificação urbana e ampliação da malha de transporte coletivo, que afetam o espaço físico e a composição socioeconômica e cultural da comunidade. Acreditamos que tais fatores podem ser associados a um novo modo de gentrificação, mesmo este processo ocorrendo de modo sutil e gradual.

Parte dos estudos sobre o assunto defende a relação indissociável entre desenvolvimento das cidades e os usos de seus espaços com interesses e processos de produção/reprodução do capital, o que configura e organiza territórios em todo globo. O crescimento urbano na América Latina foi marcado pelo deslocamento das classes trabalhadoras dos centros urbanos para as periferias, devido ao custo habitacional das regiões centrais, ocupadas pelas classes mais abastadas. O protótipo de ocupação residencial nas cidades, em todo o mundo, tem se transformado: cada vez mais, as classes médias e altas têm ocupado regiões mais distantes do centro da cidade na busca de maior segurança e qualidade de vida (CALDEIRA, 2000).

Esse movimento tende a ser acompanhado pela redução de investimentos nessas regiões, intensificando-se com o aumento da ocupação por moradores de menor poder aquisitivo. Os processos de gentrificação fazem parte de novos tipos de transformações sucedidos nas regiões centrais da cidade que buscam revalorizar esses espaços centrais. O termo é usado para dar conta de processos de requalificação urbana em bairros que foram “abandonados” e negligenciados pelo poder público e pelo capital imobiliário nos diversos processos de expansão urbana, os quais, recentemente, voltaram a atrair a atenção destes grupos econômicos que buscam enobrecê-los, com o intuito de que voltem a ser ocupados e/ou ser frequentados por classes sociais mais abastadas, ou até mesmo por turistas (SMITH, 2007; LEITE, 2002).

A partir da premissa de que não apenas os centros antigos e/ou históricos têm passado por processos de valorização cuja tendência é aumentar o custo de vida local, transformando o

³ Dados coletados no projeto de pesquisa coordenado por Hita: *Impacto da Implantação do PCL e da Base Comunitária de Segurança no Bairro da Paz (2013-2017)* e Dissertação realizada por Costa (2017): *Casa Legal: estudo de caso sobre o Programa de regularização fundiária em Salvador-Ba.*



perfil socioeconômico de seus moradores, esse artigo visa a discutir os usos do termo gentrificação com o intuito incluir nesse debate processos de enobrecimento de regiões originalmente ocupadas por populações mais pobres⁴ que vêm atraindo interesses especulativos do capital imobiliário e da iniciativa privada. Desse modo, utilizamos o conceito para dar conta de processos de revalorização e requalificação em bairros populares, independentemente do quanto distam do centro histórico e/ou da ocupação anterior por classes mais abastadas do que aquelas que lá residem atualmente. Hita e Gledhill (2010) utilizam a terminologia “gentrificação de baixo nível”, para fundamentar as transformações ocorridas no BP, ao compará-lo com o que ocorre no Centro Antigo de Salvador. Por meio deste comparativo é perceptível que ambos os locais – o centro antigo de Salvador e o BP – compartilham características comuns e muitas diferenças. Nestes termos, para eles:

O futuro de lugares como o Bairro da Paz poderia ser considerado como uma espécie de “gentrificação de baixo nível”, se for considerada a base de remoção de moradores de áreas de risco ambiental e a tendência crescente a uma concentração de propriedade cada vez maior nas mãos de novos moradores com melhores empregos e maiores rendimentos (HITA; GLEDHILL, 2010, p. 55).

Gentrificação: revisitando o termo

O conceito de gentrificação foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass (2018), nos anos 1960, para descrever o retorno das classes médias aos centros urbanos de Londres, abandonados pela suburbanização residencial das classes mais abastadas. Altamente relacionado com processos de transformações urbanas e habitacionais em países anglo-saxões, a gentrificação pode ser definida como um fenômeno físico, socioeconômico e cultural, relacionado a processos de reinvestimento e revalorização de áreas abandonadas pelas classes médias e altas nos distintos processos de expansão urbana (BIDOU-ZACHARIESEN, 2006; SMITH, 2006; 2007; MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014; RIBEIRO, 2014).

Os processos de expansão urbana latino-americanos diferenciam-se dos sucedidos em países anglo-saxões, motivo pelo qual grande parte dos estudiosos defende a restrição do termo em cidades latino-americanas. Ribeiro (2014) aponta que, apesar da necessidade de cuidado para evitar esvaziamento do conceito, seu engessamento pode ser tão equivocado quanto a aplicação descuidada. Neste artigo, o termo gentrificação é pensado como o processo

⁴ O termo periferia deve ser entendido em sua conotação social, remetendo à ideia de precariedade e carência de infraestrutura urbana e serviços. No que diz respeito à localização espacial, o BP atualmente está situado em “uma nova centralidade da cidade” de Salvador (HITA, 2017; 2020; SANTOS, 2013).



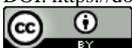
de valorização de áreas ocupadas por populações de baixa renda em espaços de alto valor imobiliário, independentemente de estes serem centros antigos/históricos da cidade.

A segregação socioespacial é um traço marcante nas cidades brasileiras, ainda que sua manifestação ocorra através de distintos padrões ao longo da urbanização do país. A bibliografia clássica trata por ‘centro-periferia’ o modelo de habitação no qual as classes médias e altas se mantiveram nos centros urbanos, enquanto os trabalhadores foram forçados a procurar alternativas mais baratas para a moradia, migrando para as margens da cidade. Atualmente, diversos pesquisadores, dentre eles Caldeira (2000), têm indicado a modificação do padrão habitacional em cidades brasileiras, em que as classes abastadas se distanciam cada vez mais dos centros urbanos, preferindo a moradia em condomínios fechados. Este movimento, cria uma nova face para a segregação socioespacial da cidade, na qual condomínios luxuosos fazem fronteiras com favelas⁵. Esses processos tendem a desvalorizar os centros da cidade, que passaram a ser ocupados por camadas populares ao passo que sofreram com o descaso do poder público. Nesse sentido, diversos estudos sobre gentrificação dizem respeito a processos incentivados pelo Estado, em parceria com a iniciativa privada, cujas articulações visam a revalorizar essas regiões, buscando, assim, por intermédio de reinvestimentos atrair novos moradores e consumidores para essas locais.

Ao longo dos anos, o conceito de gentrificação tem sido utilizado para dar conta de distintos processos de reocupação de espaços pelas classes médias e altas, nos quais podemos perceber a transformação de diferentes usos sociais e culturais do espaço urbano devido ao maior fomento ao convívio e ao consumo mediante a multiplicação de estabelecimentos como butiques, restaurantes, cafés, dentre outros tantos espaços mais frequentados por pessoas de classes médias e altas. Estes novos espaços objetivam ainda a atrair turistas e novos moradores da cidade, especialmente os com maior poder aquisitivo, mobilizados pelas novas sociabilidades e todo o capital cultural e histórico que passa a ser reatualizado nesses lugares (LEITE, 2002; CRIEKINGEN, 2006).

Defendemos que a gentrificação pode ser apresentada como um fenômeno físico, econômico, social e cultural, referente às mudanças causadas pela estrutura residencial, sem se restringir a mudanças de perfil socioeconômico (BIDOU-ZACHARIESEN, 2006). O conceito pode ser útil para analisar e compreender transformações urbanas através das relações estruturais e econômicas, até aquelas que buscam compreendê-lo a partir de atores

⁵ Embora o estudo de Caldeira (2000) focalize a cidade de São Paulo-SP, vale ressaltar que esse padrão de crescimento urbano tem se tornado bastante comum em Salvador-BA. Podemos citar como exemplo o Bairro da Paz, que vem sendo rodeado por um número crescente de condomínios fechados.



individuais ou coletivos atraídos pelos modos de vida e de consumo referentes aos distintos centros e espaços da cidade.

Os processos de transformação do espaço urbano podem ser compreendidos de forma mais ampla a partir da relação entre produção e capital. O mercado imobiliário torna-se elemento fundante para compreender a dinâmica de ocupar e produzir o e no espaço urbano. Neil Smith (2006; 2007) explica a dinâmica de desvalorização/valorização dos espaços através do conceito “diferencial de renda” (*rent gap*⁶), termo que pode nos ajudar a compreender a articulação do mercado e do Estado nos distintos processos de valorização dos territórios. Se os agentes gentrificadores trazidos por Ruth Glass (2018) eram atores individuais interessados em retornar a determinadas regiões da cidade ocupadas por moradores mais pobres, atualmente, o Estado e o mercado têm desempenhado papel fundamental nos processos de gentrificação urbana.

O Estado tem exercido papel central nos processos de valorização/desvalorização urbana mediante a implementação e desenvolvimento de políticas públicas que visam a valorizar determinadas regiões da cidade, transformando-as em espaços mais atrativos e fomentados pelo crescimento de parcerias público-privadas. Estas parcerias têm atuado coligada e consistentemente para o desenvolvimento de cidades modernas inseridas cada vez mais em lógicas neoliberais, competitivas e estratégicas. A participação do Estado e do mercado como agentes gentrificadores conectam transformações locais com as da economia global, alterando a gentrificação em um fenômeno mundial (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SMITH, 2007; 2006, MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014).

A gentrificação não deve ser entendida como um fenômeno homogêneo, as diferenças de cada localidade precisam e devem ser consideradas, entretanto não se pode perder de vista o padrão transformador do urbano que conecta estes locais a outras cidades do mundo e à economia global. Desta maneira, o presente artigo busca ampliar e adaptar o uso do termo a realidades distintas, haja vista entendermos que o conceito de gentrificação pode ser utilizado tanto para entender processos de requalificação de antigos bairros da elite quanto para tratar da mudança funcional dos antigos bairros industriais/operários e de suas transformações sociais, indicando a existência de dois tipos de “aburguesamento”. O primeiro deles ocorre mediante a exclusão de categorias populares, enquanto o segundo se deve à chegada de pessoas mais ricas em áreas que eram, até então, socialmente mistas ou populares. O conceito de gentrificação é utilizado, em grande parte dos estudos, para dar conta de processos

⁶ Smith (2006) aponta que processos de expansão de cidades para suas margens causam a desvalorização imobiliária desses centros urbanos e a valorização dos subúrbios.



referentes ao “aburguesamento”, advindo da chegada de camadas sociais mais abastadas em áreas periféricas (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

A requalificação urbana tem sido tomada como diretriz principal para pensar ações do poder público em comunidades periféricas, substituindo políticas de higienização outrora recorrentes. A maior tolerância com a permanência de comunidades periféricas em determinadas regiões da cidade não implica em sua maior inserção/aceitação na cidade. Ainda hoje, estes espaços são identificados pela maior parte da população da cidade como *locus* de violência e criminalidade. Não nos cabe aqui adentrar na discussão acerca da segurança pública ou do nível da criminalidade nas periferias brasileiras, entretanto, não podemos deixar de destacar a relevância e desafios de ações voltadas para pacificar favelas – as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro, com equivalência, na Bahia, às Bases de Segurança Comunitária (BSC) – em processos que visaram a revalorizar e requalificar tais comunidades. No caso de Salvador, a implementação das BCS associadas a programas de regulação fundiária faz parte de projetos mais amplos de requalificação urbana de algumas cidades. Esta associação de fatores é, via de regra, a porta de entrada desses processos de “gentrificação de baixo nível” (FLEURY; OST, 2013; FREEMAN; BURGOS, 2015; HITA; GLEDHILL, 2010).

Nesse sentido, defendemos que o uso do conceito de gentrificação adaptado a esses novos contextos ilumina processos de transformação socioespaciais e culturais que ocorrem em bairros populares, como o BP, assim como outros em espaços que vêm passando por mudanças graduais na composição de seus moradores, intensificadas pelos processos de especulação imobiliária, mesmo quando esses bairros continuam sendo reconhecidos como locais de pobreza. Por meio desta premissa, discutiremos as modificações oriundas de políticas urbanas que têm ocorrido no BP e arredores desde o início da ocupação, na década de 1980, com o intuito de debater os impactos das mudanças no bairro e na vida de seus moradores.

Bairro da Paz: entre as margens da requalificação urbana e centro de cultura popular afro-baiana

A localização privilegiada e a história de luta e resistência às investidas às remoções da comunidade fazem do Bairro da Paz (BP) um *locus* privilegiado para fundamentar nossa hipótese de requalificação em áreas periféricas, que, com a crescente valorização imobiliária e urbana na região deve ser pensada como processo de gentrificação, devido às transformações



socioespaciais destes locais e de suas vizinhanças. O BP localiza-se às margens da Avenida Luís Viana Filho, denominada, popularmente, como Avenida Paralela, onde se consolidou um dos principais eixos de expansão urbana de Salvador a partir da década de 1970 (SCHEINOWITZ, 1998). O bairro, inicialmente chamado de **invasão** das Malvinas, surgiu no início da década de 1980 a partir da ocupação irregular de terras privadas que vieram a ser apropriadas pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), devido a impostos não pagos pelos proprietários originais. O domínio público da terra não eliminou o conflito, ainda latente, em torno da ocupação daquela região da cidade, processo que ocorreu, no passado, através de violentas investidas por parte do poder público para impedir os moradores de ocuparem o espaço onde é hoje BP.

Moradores mais antigos e lideranças narram a constante luta travada contra os poderes públicos para garantir o direito à moradia naquele lugar da cidade. Tais embates, dentre outras consequências, resultaram na desapropriação e transferência de moradores para a região do Subúrbio Ferroviário. Mas, as terras das Malvinas voltaram a ser sempre reocupadas, por antigos e novos moradores, os quais conquistaram o direito à permanência no bairro por volta de 1987, durante o governo de Waldir Pires, quando passa a ser denominado por Bairro da Paz em alusão ao resultado dessa resistência e conquista⁷ (ALCÂNTARA, 2005; HITA; DUCCINI, 2007; HITA, 2012; COSTA, 2017).

Desde então a luta por reconhecimento, dignidade e direito a fazer parte da cidade soteropolitana integram a história do local. Do mesmo modo, houve forte empenho de moradores em se contraporem ao estigma de violência recebido pelos demais habitantes de Salvador. Dentre outras ações, esse processo se deu por meio da construção de identidades culturais positivas e reclamo constante de direitos à cidadania plena. Lutas e resistências de favelas afro-baianas, a exemplo das que caracterizam as identidades culturais e políticas do BP, estão marcadas por dimensões raciais e de classe, e não podem ser dissociadas dos processos de luta na Bahia afrodescendente e no surgimento de um novo tipo de identidade comunitária, racial e cultural. Parte significativa de lideranças mais reconhecidas do BP são de jovens e integrantes de grupos culturais afro-baianos, cujas ações e performances se enquadram dentro das fronteiras de temas essenciais aos de uma sociologia da cultura. Cultura afro-baiana que opera como cenário de fundo privilegiado a partir da qual a maioria dos moradores atuam, transitam, se identificam, vivem a cidade e constroem seus modos de se manifestar, lutar e resistir.

⁷ O termo faz alusão à Guerra das Malvinas, ocorrida no mesmo período em que se iniciou a ocupação.



Muitas das lideranças se auto identificam como “negras” e são simpatizantes ou militantes do Movimento Negro Unificado; outra parte significativa de seus moradores compõe ampla variedade de grupos culturais e de cultura popular afro-baiana, com forte aproximação à cultura do povo de santo e terreiros de candomblé⁸. É através da reivindicação do papel e valor da cultura popular produzida na comunidade que grande parte das lideranças atuantes no BP se (auto)organizam para reagir ao estigma e à exclusão social. Outros elementos são fundamentais para a construção cultural e sociopolítica do BP, que recebe influências transnacionais, inclusive de grupos negros internacionais, como dos Estados Unidos. Além disso, vale considerar a presença de distintos grupos religiosos além daqueles de matriz africana, tais como as Igrejas Católicas, Evangélicas e Centros Espíritas que compõem, ao lado dos moradores, mudanças socioculturais da comunidade ao longo dos anos. Esses grupos têm exercido potencial influência na vida cotidiana e nos modos de sociabilidade de seus membros, mudando-lhes os modos de se relacionar, vestir e comportar-se. Dentre tais grupos são travadas disputas tanto no espaço micro quanto macrosocial do BP. Os embates, contudo, não impedem a união de moradores dos mais diversos credos e ideologias para defender os interesses coletivos em momentos cruciais para a história da comunidade.

No passado recente, muitas dessas lutas aconteciam mediante manifestações na Av. Paralela, onde líderes e moradores ocupavam o espaço manifestando suas demandas, esse era um modo privilegiado do BP reivindicar e fazer-se notar devido à capacidade de paralisar o fluxo de tráfego de veículos em uma das principais vias da cidade. Esse modo de se manifestar é recordado com certo saudosismo por muitos líderes, que lamentam a perda do espaço da Avenida e os impactos causados pelas passeatas, desde que novas obras de mobilidade urbana modificaram o uso e tipo de acesso à Paralela, que passou a ser mediada por ruas paralelas, menores e mais internas que permitem acesso mais lento às entradas dos bairros. Para Agier (2011), a rua é o espaço da manifestação das dimensões cultural, política e da reinvenção. As manifestações e lutas pelo direito à cidade – características dos modos de mobilização de lideranças e moradores do BP – podem ser entendidas como parte dessas dimensões e das práticas que lhes são inerentes e também próprias das cidades⁹. A partir das ruas, atores produzem cultura e novos atos políticos. Agier (2011) conecta a arte, à

⁸ Mais sobre estes grupos culturais do BP e suas complexas relações com poderes públicos, política, identidades afro nacionais e internacionais, assim como os modos como se conectam e se movem na cidade e em suas principais redes de sociabilidade, clientelismo e política, ver Azevedo (2017).

⁹ As manifestações políticas do BP são promovidas, também, por muitos de seus artistas. Nas cidades, as ruas têm sido palco privilegiado para se expressar, manifestar, além de um espaço de sociabilidade e compartilhamento.



performance e à política, em seus estudos de **antropologia da cidade**, que também é uma **antropologia dos rituais**, uma vez que, para este autor, as produções de atos e performances rituais que criam novos significados podem ser apreendidas sob duas modalidades: as formas da interpretação e as da representação. O ritual é identificador e mediador simbólico da interpretação e da representação, podendo transformar uma multidão de indivíduos em “uma comunidade”. Isso é o que ocorre nas lutas e manifestações de ruas, nos momentos de articulações políticas caracterizadoras dos modos de atuar, lutar e resistir de moradores e lideranças do BP, dando-lhes senso e sentimento de pertença, marcado por qualidades inerentemente fugazes e culturais, mas também, e acima de tudo, políticas (KRUGER; AGIER 2011). Por isso, ao nos referirmos daqui para a frente às lutas e resistência do BP, estamos aludindo a esse modo especial de como seus moradores agem, sociabilizam, vivem e produzem cultura.

Desde 2005, quando nossa equipe de pesquisa iniciou contatos com o BP, presenciamos diversos momentos em que líderes e moradores reuniram-se para enfrentar diferentes ameaças de possíveis remoções decorrentes de várias transformações espaciais ao redor da comunidade. Contudo, só verificamos investidas de desapropriações entre 2014 e 2016. Tais despejos iluminam o que consideramos ser o início mais perceptível do processo de gentrificação naquela região da capital baiana (HITA; GLEDHILL, 2010; HITA, 2012, HITA, 2017; 2020; COSTA, 2017).

O primeiro deles foi a remoção de cerca de setenta casas da parte frontal do bairro devido às obras de duplicação da Av. Orlando Gomes e construção da Av. 29 de março – projetos realizados pelo Governo do Estado, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), cujos principais objetivos estavam na seara de melhoria das obras de mobilidade urbana. Além dessa obra, o segundo projeto foi desenvolvido pela PMS para iniciar obras de macrodrenagem e requalificação da região da Rua Beira Rio, área localizada às margens do Rio Jaguaribe, no trecho do Rio que passa pelo BP. Esse projeto inicialmente contou com a desapropriação de aproximadamente trinta habitações localizadas às margens do rio. Apesar desta ação da prefeitura, até o ano de 2017, os dados de nossas pesquisas apontam o crescimento significativo do número de novas habitações nesta mesma região do bairro: foram erguidos na área desocupada pelo menos cem novos casebres. E até 300 por volta de 2021.

Cabe destacar o fato, apontado por líderes comunitários, de que o projeto de desapropriações de casas na Beira Rio responde aos interesses e empenho de moradores de



condomínios de classe média/alta, que fazem fronteira com essa região do BP¹⁰. Este local tampouco se encontra inserido na poligonal delimitada pela PMS como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do BP. As Zeis são ferramenta jurídica e de regulação fundiária que pode ajudar a legitimar ocupações informais em todo o país, auxiliando habitantes destas localidades a terem garantidos o direito à permanência no território, bem como ao acesso a uma melhor qualidade e quantidade de bens e serviços. Esse tipo de processos de requalificação urbana é, *a priori*, um dos principais objetivos a serem alcançados por processos de regularização fundiária contemporâneos. Esse é o caso do Programa Casa Legal (PCL) cujo objetivo inicial era regularizar a situação fundiária de cerca de 30.000 famílias em situação de moradia irregular em toda a cidade de Salvador. No primeiro trimestre do ano de 2013, o BP foi escolhido para ser a comunidade piloto da implantação desse programa. Outros 18 bairros foram contemplados a seguir pelo PCL: Bate Coração, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Águas Claras, Nova Brasília do Aeroporto, Nova Brasília de Itapuã, Canabrava, Fazenda Grande do Retiro, Baixa do Camurujipe, Mata Escura, IAPI, Engomadeira, Alto do Coqueirinho, Alto da Esperança, Amazonas, Gamboa de Baixo e Solar do Unhão, Arraial do Retiro e Boca do Rio.

A regularização fundiária é um modo de urbanizar áreas informais ou de ocupação irregular e deve ser seguida, *a priori*, por processos de maior requalificação. De forma geral, nas diretrizes que orientam as políticas urbanas a entrega da titulação deverá ser seguida ou acompanhada da melhoria de serviços e equipamentos, visando a maior integração dessas comunidades com a cidade formal. Neste sentido, a regularização fundiária exerce papel relevante entre ações do poder público na valorização socioespacial urbana, assim como para a observação das pequenas transformações trazidas à vida dos moradores e os possíveis impactos que possam vir a surgir em decorrência desse tipo de política.

Até o ano de 2016 foram regularizadas apenas as casas que estavam incluídas dentro da poligonal de ZEIS; imóveis fora desta região, assim como aqueles em áreas de risco, como as do Beira Rio, não puderam ser beneficiados pelo programa de regularização fundiária. Vale destacar que o processo de titulação dessas casas está intimamente relacionado com o registro de residências em órgãos municipais. Esse é o grande argumento utilizado pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) para atrair beneficiários ao PCL, devido à possibilidade de que, vários desses imóveis possam ser transferidos por herança, alugados ou vendidos de forma regular, em futuro próximo. Algo que antes lhes era supostamente vedado.

¹⁰ Para mais detalhes ver: Hita (2017; 2020) e Costa (2017).



Os moradores e lideranças relatam o aumento do número de casas que passam a ser taxadas pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) após a implementação do PCL, assim como o aumento significativo deste imposto em residências que já arcavam com essa taxa anualmente. Nesse sentido, a cobrança do IPTU aparece no decorrer da pesquisa realizada como elemento que merece atenção, já que grande número dos moradores entrevistados fez queixas sobre os valores exorbitantes cobrados, dizendo que não condizem com a realidade socioeconômica da comunidade, nem com o espaço onde vivem, de ZEIS. Esse tipo de informação oriunda de uma ampla inserção em campo nos faz defender a hipótese de que o aumento do custo residencial, seja pela maior taxação do IPTU ou pela inclusão desses moradores em uso regular e oficial de água encanada e luz, a longo prazo, pode levar os moradores mais pobres do bairro a terem que abandonar essas casas e buscar outras alternativas de moradia mais acessível, seja dentro do mesmo bairro em barracos mais precários, ou em bairros mais distantes e periféricos onde muitos tenderão a serem realocados. Especialmente, se forem beneficiários de programas como Minha Casa Minha Vida, associados a muitos processos de despejos e regulação fundiária em curso no BP.

O aspecto físico do bairro também apresentou transformações ao longo dos anos nos quais nossas pesquisas foram desenvolvidas, algumas dessas mudanças foram promovidas pela ação da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), como o Programa Morar Melhor (PMM), que ocorreu paralelo ao PCL. Uma das ações do PMM foi realizar reformas de até R\$ 5.000 (cinco mil reais) por unidade domiciliar para requalificar casas em estado precário em bairros populares de Salvador. Representantes da Prefeitura alegavam que as reformas nas residências beneficiadas iriam sanar problemas fundamentais de estrutura, tais como consertos de teto e construção de banheiros. Por sua vez, este programa era fortemente criticado por boa parte dos líderes do BP, especialmente aqueles que se opõem à atual gestão da PMS, por não levar em conta as reivindicações dos moradores sobre as reais necessidades de reforma dos imóveis. Para estas lideranças, todo esse processo de requalificar algumas casas ocorreu de modo arbitrário e eleitoreiro, fazendo uso de materiais de baixa qualidade e priorizando muito mais a pintura das fachadas das casas, do que seus problemas estruturais internos, como haviam alegado. Por meio de 30 entrevistas realizadas com beneficiários do PCL, e da observação participante em reuniões e negociações entre líderes e burocratas do PCL, ao longo de todo o processo de implantação, foi possível constatar que o PMM (Programa Morar Melhor) se empenhou para que as reformas fossem realizadas em casas que se encontravam dentro da poligonal e em áreas frontais do bairro, especialmente aquelas situadas em regiões



que podiam ser avistadas da Avenida Paralela, embelezando a vista do bairro para turistas que chegam do Aeroporto e atravessam a Paralela para chegar ao centro da cidade.

Portanto, defendemos que ações público-privadas a longo prazo poderão vir a transformar também o perfil socioeconômico e habitacional desta comunidade sem, com isso, perder de vista a significativa transformação do espaço urbano do Bairro de surgimento na década de 1980 até os dias atuais, resultante também da reconhecida luta desta comunidade pela urbanização do lugar. A presença do Estado tem sido instalada nestas comunidades através de serviços básicos como assistência social, educação, saúde, etc., que foram – e ainda têm sido – reivindicações centrais dos moradores. No BP, o poder estadual tem marcado maior presença por meio da instalação de centros policiais permanentes, como as BCS, instalada no bairro desde 2012.

Se de um lado temos a presença da iniciativa privada e do mercado imobiliário transformando o Bairro da Paz em uma grande ilha periférica rodeada de condomínios fechados para classes mais altas. Por outro lado, temos a ação do poder público modificando o entorno da comunidade e tornando-a cada vez mais acessível. Não é novidade em estudos e pesquisas sobre expansão urbana a importância da ocupação de regiões periféricas para o desenvolvimento da malha urbana, uma vez que, a partir delas, o poder público forçado a investir em mobilidade, serviços e infraestrutura, acabaria, portanto, por valorizar os terrenos vazios, os quais, após os benefícios, poderiam ser vendidos a preços significativamente superiores (CALDEIRA, 2000; GORDILHO-SOUZA, 2000; ROLNIK, 2006; HOLSTON, 2013; CARVALHO; PEREIRA, 2014).

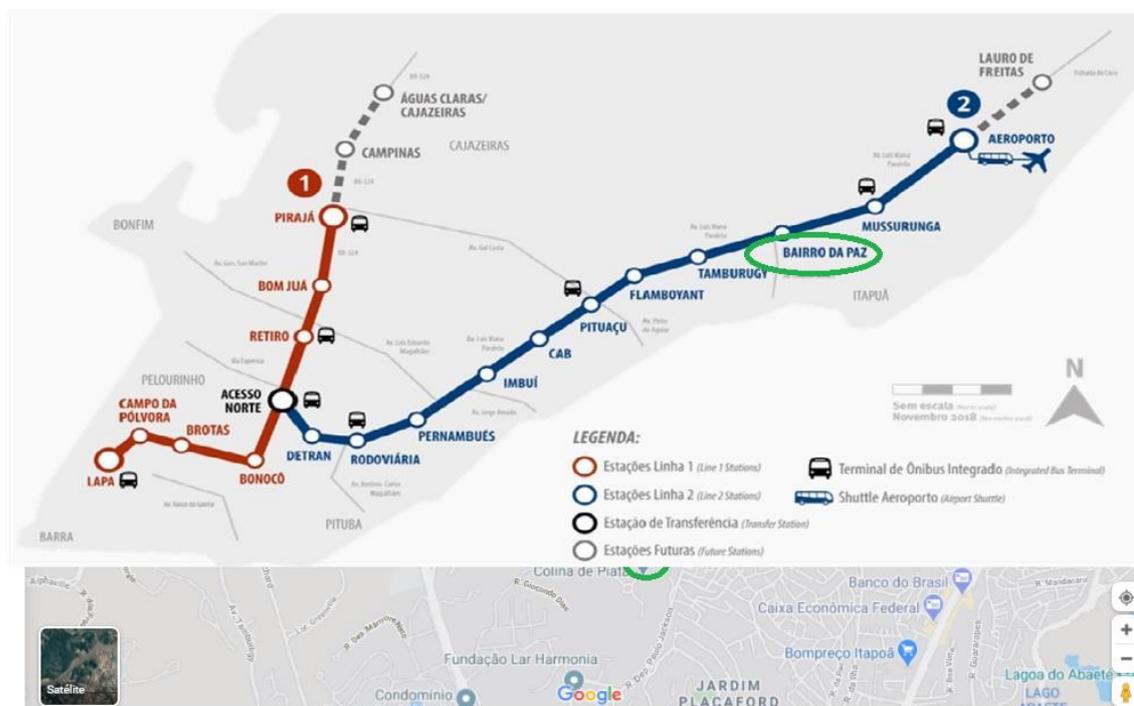
A seguir, apontamos outras transformações recentes ocorridas no entorno do BP. Se durante nossas visitas ao campo eram frequentes relatos sobre as dificuldades de transporte para os moradores, foi instalada, recentemente, uma estação de metrô nas proximidades cuja nomenclatura referencia o nome do bairro. A estação de metrô BP foi inaugurada no segundo semestre de 2017, e junto com ela, podemos ver diversas obras que mudam a visão do bairro para quem chega. A requalificação do Rio Jaguaribe, as reformas da parte frontal da comunidade pelo PMM e uma passarela que conta com estrutura bastante alta, parecem disfarçar hoje os ares de periferia que caracterizava a comunidade.

O nome da estação de metrô chama especialmente a atenção pela visibilidade que passa a ser alcançada pela comunidade que, historicamente, lutou contra o estigma de ser uma das maiores favelas da cidade. Não são incomuns relatos de moradores e lideranças sobre os preconceitos experienciados “na cidade” ao revelarem morar no Bairro da Paz. Do mesmo



modo, como moradoras “da cidade” foram inúmeras as vezes em que ouvimos comentários alarmados sobre a violência do Bairro.

Figura 1 – Sistema metroviário Salvador (2018)



Fonte: CRR Metrô Bahia

Ao observarmos a Figura 1, que traz o mapa de Salvador com a projeção do sistema metroviário, podemos observar duas linhas de metrô: a linha 1, que circula pelo Miolo da cidade e a linha 2, que circula pelo vetor Orla e liga a cidade ao Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães. É interessante observarmos que, apesar de outras estações possuírem o nome dos bairros de onde se avizinham, na linha 2, o Bairro da Paz é das poucas comunidades periféricas cuja estação destaca-lhe o nome, junto as estações de Pernambuéis e Mussurunga que estão há muito mais tempo consolidadas e que sempre tiveram maior facilidade de integração e acesso ao resto da “cidade”.

Outro elemento que merece ser destacado é a história que o BP tem em relação às nomenclaturas de ruas, praças, instituições públicas e até mesmo do próprio bairro. Nasce com o nome de Malvinas e luta para se transformar em Bairro da Paz, com o intuito de perder a conotação negativa que o nome relacionado à Guerra das Malvinas trazia. Atualmente praças e ruas do bairro aludem à história de luta e identidades culturais da comunidade, cujos moradores lutaram pelo direito à cidade. São exemplares de topônimos do Bairro da Paz nomes como Rua da Resistência, Praça das Decisões, Praça da Paz, dentre outros logradouros

e nomes de instituições públicas com referência direta aos dias de luta da comunidade. Também homenageiam figuras ilustres do Bairro da Paz, como ocorre com o Colégio Mestre Paulo dos Anjos, homenageando a um destacado mestre de capoeira que viveu no bairro (HITA, 2012).

Nesse sentido, vale a pena observarmos com cautela o que significa para o Bairro da Paz nominar a estação de metrô que se encontra em suas mediações. É indiscutível que uma estação de metrô próxima traz vantagens de mobilidade e acesso que antes não existiam. Porém, ao mesmo tempo que a estação resolve um problema grave, a pouca acessibilidade e integração do BP com o resto da cidade, pode ser elemento atrativo de moradores com perfil socioeconômico mais elevado do que os moradores usuais da comunidade, gerando uma possível valorização imobiliária e dificultando a permanência de moradores mais pobres.

Não é exclusividade do Bairro da Paz a extinção de muitas das linhas de ônibus que circulavam entre os bairros antes do funcionamento do transporte metroviário. No caso do BP, podemos observar que as linhas de transporte rodoviário que conectavam o bairro diretamente com outras regiões da cidade foram retiradas, reduzindo as opções de mobilidade. Atualmente, no BP, só existem linhas com destino à Estação Mussurunga, mais importante estação rodoviária e metroviária da região. Apesar da maior facilidade de deslocamento possibilitada aos moradores do BP pela estação de metrô situada às margens da comunidade, não podemos ignorar o fato de que reduziu as possibilidades de deslocamento para outros bairros de Salvador sem a necessidade de integração com o metrô. Vale a pena, pois, questionarmos e analisarmos de modo mais qualitativo e aprofundado os efeitos da chegada do metrô no Bairro da Paz para moradores das diferentes áreas, desde aquelas mais centrais e consolidadas, situadas dentro da poligonal da ZEIS, como naquelas mais distantes, com maior dificuldade de acesso. A Estação BP teria, de fato, melhorado a integração e mobilidade de toda a comunidade e moradores do BP?

Se por um lado o metrô aumenta a integração e a mobilidade urbana através do transporte público, por outro, a grande extensão territorial do bairro, quando aliada à retirada de linhas de ônibus, pode ser um dificultador na locomoção de moradores de regiões mais periféricas dentro da comunidade e para outras zonas mais distantes do bairro. Isto porque o acesso aos ônibus, que já era problemático e apresentava intervalos significativos, após a redução das linhas teve suas passagens cada vez mais demoradas.

O processo de desenvolvimento local do Bairro da Paz, como visto, foi paulatino e, atualmente, os moradores contam com equipamentos e serviços que melhoram a qualidade de vida, quando comparados ao início da ocupação na década de 1980. Apesar da ameaça de



disso, nos últimos anos, acompanhamos a saída de alguns moradores e líderes comunitários para outros bairros, alguns deles porque foram beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), outros porque tiveram suas casas desapropriadas por obras que ocorreram na região do Beira Rio e na frente da Av. Paralela, nos anos de 2016 e 2014, respectivamente.

Durante a fase de implementação do PCL eram comuns discussões sobre a possibilidade de construção de um conjunto habitacional do PMCMV dentro do BP, para que, dessa maneira, alguns dos moradores beneficiados pudessem continuar vivendo no bairro. Apesar da luta de algumas lideranças, que mapearam possíveis regiões onde alocar um conjunto habitacional do programa na comunidade, não houve resposta positiva do poder público a essa demanda. Assim, a maioria de moradores beneficiados pelo PMCMV foram realocados para outras regiões mais distantes e periféricas. Frases como “aqui é o melhor lugar para se viver”, pronunciadas por moradores de diversas áreas do bairro, eram comuns quando perguntados sobre o desejo de ficar ou ir morar em outras regiões da cidade. Porém, nos chamou maior atenção quando proferida por um ex-morador de um bairro de classe média bastante valorizado na cidade. Na ocasião da entrevista, afirmou preferir morar no BP, onde tem algumas pequenas e médias empresas e bons amigos.

As transformações urbanas e a chegada de bens e serviços ao BP são perceptíveis ao longo dos anos. A comunidade foi crescendo em compasso com o crescimento da cidade e, sobretudo, com a cada vez maior ocupação da Av. Paralela. Apesar das deficiências e baixa qualidade do serviço ofertado, os moradores e lideranças do BP travam hoje outro tipo de batalhas com o poder público. Diferente do que ocorreu nos primeiros anos da ocupação, quando as lutas eram pautadas no direito à moradia e a permanência no solo citadino, as demandas atuais transformaram-se com a chegada de um novo aparato urbano. Atualmente as demandas dos moradores estão mais direcionadas à busca da qualidade dos serviços e equipamentos ofertados, assim como na negociação em busca de contrapartidas sociais que tragam determinadas vantagens ao bairro e a seus habitantes. Essas contrapartidas, não necessariamente, se materializam em ofertas de equipamentos urbanos e infraestrutura, como pelegado e desejado. Muitas vezes aparecem em forma de financiamentos de cursos profissionalizantes para a comunidade ou como benefícios mais pontuais para algumas das Organizações Não Governamentais (ONGS) envolvidas na negociação.

Apesar do intento e pleito em construir um conjunto habitacional do MCMV dentro do BP para os que queriam permanecer, foi perceptível haver quase um consenso entre as lideranças de que a remoção daquelas casas era algo já esperado e até necessário para o bem e



melhor desenvolvimento da cidade, da região e mesmo para os interesses do bairro como um todo. Desse modo, percebe-se que muitas das ações desenvolvidas pela comunidade hoje visam mais negociar as melhores contrapartidas para o Bairro antes de defender interesses das famílias despejadas (HITA, 2017; 2020). Se de um lado a comunidade vem passando por um processo lento e sutil de transformação, impulsionado pelas políticas urbanas que valorizam os entornos do bairro, por outro, políticas urbanas internas cumprem o papel de se certificar que os moradores estão obrigados a arcarem, cada vez mais, com os custos da melhoria da qualidade de vida da sua comunidade e região, mediante a inclusão de moradores em pagamentos de taxas, impostos e serviços, antes perdoados visando a diminuir o custo das moradias.

Ainda que não descartemos a possibilidade de que os proprietários das residências venham aproveitando a valorização do bairro como forma de conseguir dinheiro mediante o aluguel ou a venda das respectivas casas. Neste artigo, o foco foi o de discutir ações públicas que impossibilitam a permanência de moradores mais pobres, e áreas mais periféricas em centros mais urbanizados e centrais da cidade, como as do BP. Acreditamos que algumas destas residências serão desapropriadas paulatinamente mediante justificativas legítimas, como a necessidade/utilidade pública ou o risco para a moradia. De forma paralela a essa, os moradores mais pobres do BP que residem dentro da poligonal poderão vir a ser expelidos do bairro sem que haja ações de desapropriação, uma vez que, em determinado momento, não mais poderão arcar com os custos da moradia na região, precisando buscar regiões mais baratas e menos valorizadas para sobreviverem. Além do fato de que a documentação entregue pelo PCL lhes permite transações comerciais com o imóvel construídos, tais como venda ou aluguel. Desse modo, acreditamos que apenas os moradores mais acomodados e com maior poder aquisitivo conseguirão manter residência no Bairro da Paz, o qual passará a receber cada vez mais moradores de classes sociais mais elevadas.

É quase consenso entre especialistas sobre cidades e políticas urbanas que ações do poder público tendem a acompanhar os interesses do capital, sobretudo o imobiliário e turístico. Entretanto, vale ressaltar que movimentos sociais urbanos, fortalecidos ao final da ditadura militar no Brasil, vêm transformando os moldes e diretrizes das políticas urbanas, passando a pautá-las na busca pela construção de cidades mais democráticas e menos desiguais através de processos participativos. A inclusão de atores políticos que representem a sociedade civil não garante, contudo, que políticas urbanas sejam construídas visando a assegurar os direitos dos cidadãos urbanos, nem tão pouco seus interesses. Motivo pelo qual a efetividade da participação social na formulação e monitoramento das políticas públicas por



parte destes setores da sociedade civil é bastante questionável. Por isso é preciso estar atentos para as sutilezas que podem vir a negar direitos recentemente conquistados. Nesse sentido, acreditamos que a ação gentrificadora do poder público e da iniciativa privada pode surgir através de outros moldes além daqueles descritos pela literatura tradicional acerca do tema. Da mesma forma, é preciso que atualizemos nossos olhares para os locais onde tais políticas passam a ser implementadas e para os impactos delas nas diferentes localidades.

Por isso, defendemos que conceitos como o de gentrificação não servem apenas para entender a retomada de requalificação de antigas regiões centrais/tradicionais pelas classes médias, mas que pode também nos ajudar a pensar e compreender outras transformações produzidas por ações público-privadas em locais periféricos, outrora impactados de políticas higienistas e desapropriação. O respaldo legal pela permanência e direito à cidade dos moradores dessas áreas, após a promulgação do Estatuto da Cidade (2001) não elimina as diferenças socioespaciais ou interesse imobiliário em regiões de especulação. Por esta razão, defendemos o olhar mais atento e matizado na análise de processos experimentados em comunidades carentes e seus entornos, identificando quem são os verdadeiros beneficiados pelo conjunto de ações de urbanização e regulação fundiária e os impactos delas junto aos pobres e vulneráveis.

Nestes termos, acreditamos que o Bairro da Paz vem passando por um processo discreto e lento de gentrificação, que poderá ter como consequência final a redução a área central do bairro, que é demarcada pela PMS como ZEIS. Desta maneira, o bairro poderá sofrer transformações não apenas na área física total, que poderá vir a ser mais reduzida por novas e futuras desapropriações sob justificativas como as de riscos ambientais ou necessidades públicas, mas também no tipo de composição social interna dos que saem, ficam ou chegam.

Transformações como as descritas poderão levar o bairro a um processo lento de maior “aburguesamento”, mesmo que, em curto e médio prazo, seja improvável de ser ocupado por populações de classes médias e altas. Desse modo, acreditamos que o conceito de gentrificação pode nos ajudar a dar conta de transformações urbanas que se distinguem daquelas a que o fenômeno se restringia quando foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass (2018), haja vista a realidade social e as cidades passarem por transformações significativas, que podem implicar na necessidade de rever novos usos de alguns conceitos.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

ALCÂNTARA, D. **Das Malvinas ao Bairro da Paz**: história de uma luta pela função habitacional do território urbano. Salvador: FACOM/UFBA, 2005.

AZEVEDO, U. B. **Nas trilhas da cultura**: cidade, redes e trajetos de atores culturais negros do Bairro da Paz. Orientador: HITA. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2017.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. Introdução. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Anablume, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: 2001. 3. ed. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed 34/ Edusp, 2000.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. Salvador como negócio. *In*: CARVALHO, I. M. *et al.* (org.). **Metrópoles na atualidade brasileira**: transformações, tensões e desafios da Região Metropolitana de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014.

COSTA, E. M. **Casa Legal**: Estudo de caso sobre o Programa de Regularização fundiária em Salvador-BA. Orientador: HITA, 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2017.

CRIEKINGEN, M. A gentrificação do bairro Saint-Georges em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Anablume, 2006.

FLEURY, S.; OST, S. O Mercado sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. **Dados**, v. 56, n. 3, 2013.

FREEDAM, J.; BURGOS, M. Accumulation by forced removal: the thinning of Rio de Janeiro’s favelas in preparation for the games. **Journal of Latin American Studies**, v. 49, n. 5, p. 549-577, 2015.

GLASS, R. **Gentrificação**. FFLCH enciclopédia de antropologia – USP. 03 jul. 2018. Disponível em: <https://ea.ffe.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 13 fev. 2022.

GORDILHO-SOUZA, A. M. **Limites do Habitar**. Salvador: EDUFBA, 2000.

HITA, M. G. From Resistance Avenue to the Plaza of Decisions: New Urban Actors in Salvador, Bahia. *In*: GLEDHILL, J.; SHELL, P. (org.). **New Approaches to Resistance in**



Brazil and Mexico. 1. ed. Durham Nth Caroline & London: Duke University Press, 2012. p. 269-288.

HITA, M. G.; DUCCINI, L. Da Guerra à Paz: o nascimento de um ator social no contexto da “Nova Pobreza” urbana em Salvador-Ba. **Caderno CRH**, v. 20, p. 281-297, 2007.

HITA, M. G.; GLEDHILL, J. E. Antropologia na análise de situações periféricas urbanas. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 189-209, jan./jun. 2010.

HITA, M.G. Uma comunidade periférica da cidade de salvador: entre a requalifica o urbana e a pacifica o policial. *In*: GLEDHILL, J.; HITA, M.G.; PERELMAN, M. (org.). **Disputas em torno do espaço urbano**: processos de (re)produ o/constru o e apropria o da cidade. 2. ed. Ed UFBA, 2017 [2020]. p. 187-216.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: disjun es da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KRUGER, C.; AGIER, M. Antropologia da cidade: lugares, situa es, movimentos [resenha]. **Campos**, v. 12, n. 1, p. 139-144, 2011.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a constru o social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

MOURAD, L.; FIGUEIREDO, G. C.; BALTRUSIS, N. Gentrifica o no 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. **Cadernos da Metr pole**, v. 16, n. 32, nov. 2014.

RIBEIRO, D. A. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de *gentrification* no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador-BA. **Cadernos Metr poles**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 461-486, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/pKHxHG8X9XTWW6ZkrVXMSGj/?lang=pt> . Acesso em: 10 fev. 2022.

ROLNIK, R. A constru o de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país - avanços e desafios. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. 12 fev. 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5774&Itemid=9. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, J. **A Cidade Poli(Multi)Nucleada**: a reestrutura o do Espaço Urbano de Salvador. Salvador, Edufba, 2013.

SCHEINOWITZ, A.S. **O macroplanejamento da aglomera o de Salvador**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998.

SMITH, N. A gentrifica o generalizada: de uma anomalia local   ‘regenera o’ urbana como estratégia urbana global. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta   cidade**: dos processos de gentrifica o às políticas de “revitaliza o” dos centros urbanos. São Paulo: Anablume, 2006.



SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP: **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

Como referenciar este artigo

HITA, M. G.; COSTA, E. M. Podemos falar em gentrificação em favelas? Estudo de caso acerca da requalificação urbana no Bairro da Paz. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, e022004, abr. 2022. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27iesp1.15692>

Submetido em: 16/01/2022

Revisões requeridas em: 16/04/2022

Aprovado em: 30/03/2022

Publicado em: 25/04/2022

